

Senado

**Nomeações  
de Dalla:  
agora, o  
dinheiro  
de volta.**

Depois de conseguir da Justiça Federal de Brasília uma medida liminar que suspende as 1.554 nomeações feitas pela Mesa do Senado, sem concurso público, os advogados Jonas dos Santos e Pedro Maurino

Mendes querem agora que os beneficiados restituam aos cofres da Nação os salários recebidos na última quinta-feira.

Antes disso, porém, o juiz Jacy Vieira, da 2ª Vara Federal de Brasília, prefere aguardar a citação do senador Moacyr Dalla, que efetuou as contratações. Dalla ainda não foi encontrado, mas um juiz do Espírito Santo está incumbido de citá-lo até a próxima semana para que ele responda, no prazo de 20 dias, à ação popular contra seu ato de nomeação. O mesmo juiz capixaba foi encarregado de informar a Dalla a decisão da Justiça de Brasília de suspender, por força da liminar, todas as nomeações efetuadas.

Na mesma quinta-feira, quando o juiz de Brasília sustou as nomeações dos funcionários não concursados, estava marcado para que os servidores recebessem os salários. Mas a comunicação do Judiciário não chegou ao Senado a tempo de impedir que os beneficiados pelos atos de Dalla recebessem o pagamento relativo a janeiro.

“Parece até que eles já estavam sabendo que iríamos conseguir a liminar e começaram a efetuar os pagamentos”, disse o advogado Jonas dos Santos, fazendo os cálculos das remunerações que variam entre Cr\$ 2 milhões e Cr\$ 5 milhões.

Os “passageiros do trem da alegria”, como são chamados os contemplados pelos atos de Dalla, vão ser defendidos. O advogado Eri Varela promete impetrar mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos, na próxima segunda-feira, para garantir o emprego dos 1.554 servidores. Varela também presta serviços no Senado e já recebeu procurações de cerca de 300 funcionários para agir junto ao Judiciário.

“Vamos defender nossos empregos” — anunciava Varela ontem à tarde, na tentativa de convocar esses servidores para uma reunião no auditório Petrólio Portella, no Senado. Mas não foi bem-sucedido: menos de 30 pessoas compareceram. Eram na maioria funcionários com vários anos de serviço prestado ao Senado, contratados precariamente, e que, através do ato de Dalla, estavam sendo incluídos no quadro do pessoal da Casa.

Esses velhos servidores estavam revoltados. Não queriam ser confundidos “com esses apadrinhados de última hora, que forçaram a barra para serem contratados”. E davam exemplos: “Como as mulheres e filhos de senadores e vários jornalistas com trânsito junto aos políticos”.

Um dos presentes à reunião de ontem era o agente de transporte Damião Galdino da Silva, o conhecido “Damião do jeque”. Era dos mais revoltados. Funcionário da gráfica do Senado há quase dez anos, Damião denunciava “uma leva de gente” que entrou com salários equivalentes à referência 35 — “e nós ainda estamos na referência 23, depois de tantos anos”. O pior, contudo, Damião acha que ainda está por acontecer: “Os funcionários mais antigos correm o risco de perder o emprego”.

O advogado Varela não vê ilegalidade no ato da Mesa do Senado e entende que todos os que já prestaram serviços à gráfica têm direito adquirido e foram contratados depois de cumpridas as formalidades.